

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ANGELA DE JESUS SERENI PEREIRA**

**RELIGIAO E POLÍTICA NA IDADE MÉDIA: UM ESTUDO DA QUERELA DAS**  
**INVESTIDURAS ATRAVÉS DAS CARTAS DO PAPA GREGÓRIO VII**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Licenciada em História  
Orientador: Dr. Alvaro H. Allegrette

**PUC-SP**  
**SÃO PAULO**  
**2023**

## RESUMO

As interações políticas entre a Igreja e o Império emergem em um contexto temporal situado alguns séculos após o advento do cristianismo. Este relacionamento adapta-se às dinâmicas dos novos governantes, com a queda do Império Romano em 476, mas mantendo-se, de modo constante, caracterizado pela subordinação do clero aos imperativos seculares. Um ponto crítico ocorre no período da Reforma Gregoriana, que culmina no embate entre dois poderes proeminentes: o imperador Henrique IV e o pontífice Gregório VII, no episódio denominado Querela das Investiduras.

O escopo deste presente trabalho se concentra na análise da compilação epistolar atribuída ao Papa Gregório VII, visando uma compreensão aprofundada de sua perspectiva e engajamento político durante o desenrolar da mencionada querela.

Palavras-chave: estudo epistolar; Gregório VII; Henrique IV; Reforma Gregoriana; Querela das Investiduras.

## **ABSTRACT**

The political interactions between the Church and the Empire emerge in a temporal context situated several centuries after the advent of Christianity. This relationship adapts to the dynamics of the new rulers, with the fall of the Roman Empire in 476, but consistently remains characterized by the subordination of the clergy to secular imperatives. A critical point occurs during the period of the Gregorian Reform, which culminates in the clash between two prominent powers: Emperor Henry IV and Pope Gregory VII, in the episode known as the Investiture Controversy.

The scope of this present work focuses on the analysis of the epistolary compilation attributed to Pope Gregory VII, aiming for a thorough understanding of his perspective and political engagement during the unfolding of the mentioned controversy.

Keywords: epistolary study; Gregory VII; Henry IV; Gregorian Reform; Investiture Controversy.

## SUMÁRIO

<b>1.Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>2.Religião e Política na Idade Média.....</b>	<b>7</b>
2.1O advento do cristianismo .....	7
2.2A Igreja e os francos .....	9
2.3A Igreja e o Sacro Império Romano Germânico .....	12
<b>3.A Reforma Gregoriana.....</b>	<b>13</b>
<b>4.Estudo de Cartas.....</b>	<b>17</b>
<b>5.Cartas de Gregório VII .....</b>	<b>19</b>
<b>6.Considerações finais .....</b>	<b>32</b>
<b>7.Bibliografia.....</b>	<b>34</b>

## INTRODUÇÃO

A investigação sobre o período da Idade Média revela uma intrínseca conexão com a instituição eclesiástica, um fato incontestável. Quando abordamos o tema notamos o enlace político entre a Igreja e Império, relação que se revela especialmente conturbada no final da Alta Idade Média em um momento no qual o poder temporal se encontra subjugado aos desejos do secular. Nesse cenário abordado, emergem os movimentos reformistas, cujo propósito é a emancipação da Igreja. Destaca-se então a chamada Reforma Gregoriana, titulada sobre a figura do Papa Gregório VII (1073-85) que propõe a emancipação da Santa Sé<sup>1</sup> das mãos do imperador germânico Henrique IV (1054-1105), culminado na Querela das Investiduras<sup>2</sup>, tema que regala a historiografia tradicional<sup>3</sup>.

Para pensar a Querela além do confronto direto entre os poderes que estruturavam a sociedade medieval é preciso ir além da historiografia tradicional e buscar novas fontes, tal qual as cartas de Gregório VII, presentes em seu *Registrum* no Vaticano, traduzidas do latim para o inglês e selecionadas por Ephraim Emerton<sup>4</sup> (1990). Através das cartas apresentadas nesse trabalho será analisado o abrangente da política gregoriana e da implementação dos ideais reformista para a libertação da Igreja. De mesma forma para traçar a cronologia do conflito será utilizada a biografia de Henrique IV de I.S Robinson<sup>5</sup> (2004). De fato, a concepção política do rei está presente na obra, mas não será abordada, uma vez que o trabalho está pautado no estudo de cartas de forma a analisar a visão direta do sujeito histórico.

Destaca-se, primeiramente, que tanto as obras de Emerton (1990) quanto as de Robinson (2004) não se encontram disponíveis em língua portuguesa, sendo apresentadas nesta análise em virtude de nossa tradução autônoma. A seleção destas obras é fundamentada na ausência de uma compilação abrangente de cartas traduzidas e na abordagem abrangente e minuciosa da cronologia da vida de Henrique IV, respectivamente. Essa escolha reflete a busca fontes que ofereçam uma visão integral e aprofundada sobre os temas abordados.

---

<sup>1</sup> De *Holy See*, explicada por Ephraim Emerton (1990, p.21, tradução nossa), na introdução de sua coletânea, como o governo da Igreja Católica Romana sob a diligência papal.

<sup>2</sup> Designação adotada para a grande crise que assolou a relação entre Império e Papado entre 1075 e 1122, na Europa Ocidental pauta nas investiduras, ato físico de investir um clérigo com as insígnias de seu cargo. *Dicionário temático do ocidente medieval*, de Le Goff e Schmitt (2002, p.209)

<sup>3</sup> Em *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América (2004)* de Jérôme Baschet, usado como base da pesquisa, a chamada reforma gregoriana é sempre destacada na historiografia tradicional por abordar as tensões entre papa e o imperador, tida como auge do movimento reformista.

<sup>4</sup> Professor e Medievalista da Universidade de Columbia

<sup>5</sup> Professor Associado de História Medieval da *Trinity College*.

Embora não seja o foco do trabalho está intrínseco ao tema a compreensão da relação política entre Igreja e Império, que se inicia com o advento do Cristianismo estendendo-se dos bárbaros aos germânicos. Logo, esse entrelaçamento será brevemente abordado culminando na questão das heresias que alagam a Alta Idade Média fomentando o movimento reformista. A fonte será analisada através do estudo de cartas de modo a compreender a linearidade entre história e literatura.

Assim esse estudo, resulta em algo que vai além das esferas meramente políticas e religiosas. A Querela das Investiduras não apenas delinea um conflito entre autoridades, mas incide sobre os alicerces do poder político e espiritual na Europa medieval, redefinindo as relações entre o sagrado e o secular<sup>6</sup>, influenciando de maneira duradoura o curso da história e as configurações do poder naquele período.

---

<sup>6</sup> Baschet (2004) discorre que o longo período de tensão entre os reformistas e o Império levou a uma reforma significativa: a divisão e delimitação dos poderes. Mas esse acordo chegaria décadas depois dos primórdios do movimento de libertação da Igreja.

## RELIGIÃO E POLÍTICA NA IDADE MÉDIA

A religiosidade era a coluna vertebral da sociedade na Idade Média, período em que toda pessoa lá vista como centrada e correta era católica. No século XI, qualquer crença religiosa estranha ao cristianismo não era aceita, bem como dada por herética, nesse ponto não havia diferença de opinião (Emerton, 1990, p.9). O Cristianismo era uma das pedras fundamentais do mundo medieval, e teve suas origens no Império Romano. Não cabe aprofundarmos os estudos sobre as vertentes judaico-cristãs, mas sim compreender que para os novos cristãos -os não judaicos<sup>7</sup>- de qual maneira após a morte de Jesus a fé permeia-se no mundo romano, se tornando a religião oficial do império no século IV e transpondo-se para o período medieval como uma instituição tão influente quanto aos reis e imperadores.

### 2.10 advento do cristianismo

Usando a Bíblia (Bíblia da Mulher, 2009) como fonte primária, no Novo Testamento é possível traçar a história de Jesus e seus primeiros seguidores, os quatro discípulos Mateus, Marcos, Lucas e João que produziram esboços interpretativos elucidando certos aspectos de seu ensino e o significado de partes do seu ministério. Os livros elaboram uma cronologia parcialmente consistente, mas convergem no princípio de pregação do Cristianismo, advertido por Jesus antes de sua morte. No livro de Mateus, escrito por volta do século 70<sup>8</sup>, podemos observar tal pensamento:

Então, Jesus aproximou-se deles e disse: "Foi-me dada toda a autoridade nos céus e na terra. Portanto, vão e façam discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a obedecer a tudo o que eu ordenei a vocês. E eu estarei sempre com vocês, até o fim dos tempos." Mateus 28:18-20 (Bíblia da Mulher, 2009)

---

<sup>7</sup> SIMON, Marcel; BENOIT, André. Judaísmo e cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1987. (termo usado pelos autores para designar os cristãos que não aderiam em parte alguma o judaísmo, diferentemente dos judeus cristãos)

<sup>8</sup> Bíblia da Mulher: leitura, devocional e estudo. 2ª edição. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009. Texto de introdução presente em cada livro, apontado o período e contexto em que foi escrito.

Assim, vemos que o legado de Jesus deveria ser pregado a todas as nações em um mundo pagão, como era o Império Romano, onde o politeísmo, ou seja, a adoração aos deuses do monte Olímpio e o governante -sacerdote dos deuses e uma divindade menor- era dada como religião oficial. (Backman, 2003, p.211). A negação do imperador como figura divina, uma vez que apenas Deus era digno de adoração, fez com que esses convertidos sofressem hostilidades e perseguições no Império durante alguns séculos.

Ainda bastante lenta do decorrer do século II, a expansão cristã atingiu nova amplitude e experimentou um progresso mais rápido no século III, mesmo com duas perseguições na metade e no final do século, de Décio e Valeriano, e Diocleciano, respectivamente. Todavia, para a Igreja foi um período de paz, favorável à sua missão. Inicialmente nas grandes cidades, agora passa a permear os interiores. (Simon e Benoit, 1987, p.114)

Os primeiros êxitos foram junto os elementos mais humilde da população: pescadores, humildes das cidades mediterrâneas, escravos, libertos e artesões. Mas o cristianismo não se definiu como religião dos pobres, por mais que encontrasse dificuldade no Ocidente em conseguir a adesão das populações rurais, nas cidades em contrapartida, a pregações cristãs ultrapassou os bairros populares. (...). Nas classes médias em compensação, bem cedo já entraram em contato com o cristianismo. (Simon e Benoit, 1987, p. 116)

Ainda assim, mesmo após trezentos anos de pregações, orações, escritas, construção de igrejas, atos de caridade e relatos bíblicos de inúmeros milagres, os cristãos não representavam mais do que 5% da população romana na época da conversão de Constantino em 312, e provavelmente até menos que isso; alguns estudiosos sugeriram uma porcentagem tão baixa quanto menos de 1%. (Backman, 2009, p.24). Ora, se os cristãos não se faziam numerosos, como séculos à frente o mundo Ocidental foi cristianizado? Tôrres (2004) aponta o cristianismo não somente como valor político, mas social de agregação. Em um Império fragmentado necessitava-se então de um vínculo comum para garantir a lealdade populacional, ora um mundo com uma única religião tendia a ser um mundo com um único Estado.

Assim, o monoteísmo permeia-se cada vez mais no mundo pagão através do dogma cristão da propagação do Evangelho, fazendo com que seja utilizado como ferramenta para estimular o crescimento de uma monarquia que unificaria o império fragmentado. Como resultado do processo, o cristianismo então usado inicialmente como arrimo de universalização, se torna o alicerce do mundo romano, quando em 392 o imperador Teodósio faz do cristianismo a única religião lícita no Império. (Backman, 2003, p.39)

O cristianismo se materializa na figura da Igreja Católica, sendo necessária a compreensão do seu significado romano e por conseguinte medieval. O termo *ecclesia* aparece em inúmeros textos no Ocidente, a partir do século IX, para designar a comunidade de todos os cristãos, que constituíssem o mesmo grupo: a Cristandade, usada como forma de agregação política. Todavia, o mesmo termo também abrange a Igreja primitiva, sem caráter político, designando apenas uma congregação específica, edifício ou culto. (Silva, 2019, p.83)

A proclamação de Constantino em 313 ao retirar a Igreja Primitiva da clandestinidade, lhe assegura a unidade entre as comunidades cristãs dispersas e por consequência o desenvolvimento de instituição. Mas é com Teodósio que ela se consolida.

Depois, em 392, o imperador Teodósio faz do cristianismo a única religião lícita no Império. Ao longo do século IV, beneficiando-se da paz, das riquezas e dos meios para consolidar posições de força locais outorgadas pelo imperador, a Igreja cresce tirando proveito das estruturas imperiais. (Baschet, 2009, p.61)

Com o Concílio de Niceia, convocado por ele em 325, marca o nascimento da Igreja medieval, comunidade fiéis organizada em torno da autoridade dos bispos, especialmente do bispo de Roma, que tendia a se identificar com o conjunto da sociedade cristã (Silva, 2019, p.84). Quando tratamos da Igreja a partir desse período, a entendemos como instituição que aos poucos permeia o mundo medieval, tomando cada vez mais força e poder, de forma a ser vital para a governabilidade não somente dos romanos, como também se expande aos poderes medievos.

## **2.2 A Igreja e os francos**

Agora, é preciso compreender a relação que possibilitou o enraizamento da Igreja Católica às estruturas jurídicas do Império Romano do Ocidente, assim como a escalada de acontecimentos que produziram uma aculturação dos reinos germânicos a Identidade romana e cristã, que, por sua vez, se atrelava a identidade imperial. Deve-se levar em consideração a ideia de aculturação presente neste contexto. O Império Romano do Ocidente enfrentava dificuldades e instabilidades em suas fronteiras limítrofes nos séculos IV e V, levando os respectivos imperadores a exercerem acordos com os “*Rex*” germânicos, permitindo-lhes suas migrações pelo território adentro. Os limites germânicos passaram de fronteiras intransponíveis a lugar-comum de trocas culturais.

O primeiro reino bárbaro de que se têm notícia é o Reino dos Godos, criado a partir de um tratado (foedus) firmado em 418 entre o rei Vália (?-c. 418) e o imperador Honório (384-423), que concedeu aos godos o território no sudoeste da Gália, entre as cidades de Toulouse e Bordeaux, em troca do apoio deles contra uma rebelião militar liderada por um aristocrata romano chamado Jovino (?-413).” (Cândido, 2019. P. 27).

Vemos uma concordata estabelecida entre o Imperador Honório e os Godos, consistindo um sentido prático de prestação de serviços militares em troca do reconhecimento da autoridade do Rei, chefe de guerra, sobre seu povo, assim como da possibilidade de assentarem-se em províncias imperiais. (CÂNDIDO, 2019). Em 507, os Godos chocam-se com os francos, uma antiga confederação de etnias germânicas que almejava firmar-se no norte da Gália.

Dentre as instituições incorporadas e identitariamente coligadas à imagem do Império Romano tardio, via-se a Igreja tomar forma na própria identidade do Império, inclusive, no âmbito da racionalização teológica, como se mostrará adiante. Dentre os Reinos Germânicos que se destacaram após o século V e VI, permanecem os Francos e Visigodos enquanto aliados na expansão da fé cristã. Nenhuma das instituições que sobreviveram a transformação social engendrada será tão responsável por transformar a identidade dos reinos germânicos quanto a Igreja Católica. Todavia, o primado da igreja sob a legitimidade dos povos germânicos em governar, e, impor seu jugo sob seus dependentes, não ocorre de imediato. Inicialmente, os primeiros bispos descendem da antiga aristocracia senatorial romana, que se encarrega de ocupar cargos administrativos e gerenciais nas cidades do antigo império. Certamente, esta ascensão em muito contrapõe os primeiros bispos, que se auto manifestaram enquanto porta-vozes da consciência moral cristã em nome das populações pobres.

Tais bispos eram verdadeiramente reconhecidos como herdeiros da administração imperial, e não será à toa que o próprio Clóvis (466-511), rei dos francos em 511, convoca os bispos das regiões em que seu domínio abrange. Foi com o batismo de Clóvis que a igreja se alicerça a identidade dos reis francos, e este deixa de cultuar as divindades do paganismo romano. “Em 511, Clóvis organiza em Orleans um concílio que reúne bispos vindos de todas as regiões por ele controladas. O sucesso dessa reunião marca e ilustra o nascimento de um verdadeiro estado territorial.” (Le Goff, 2013, p.39).

Em virtude da proximidade estabelecida entre a Santa Sé e os Reis Francos, faz-se necessário expor o regime de acontecimentos históricos constituídos entre os reis francos e a Santa Sé, possibilitando a penetração da administração cristã no seio dos Reinos Francos. Em longa duração, a Igreja buscou manifestar-se enquanto herdeira da identidade imperial, e usou

esta legitimidade para sagrar os Imperadores Romanos Germânicos. Antes que tal nomenclatura aparecesse, ocorreu o ressurgimento da figura imperial com Carlos Magno na Europa. Carlos Martell, *Majordomus*<sup>9</sup> dos reis Merovíngios e administrador das terras do reino, príncipe e duque dos francos autoproclamado em 737, recebia duras críticas pelo modo que apontava bispos e clérigos de seu círculo privado para administrar as províncias e regiões.

Na qualidade de príncipe, Carlos é protetor das igrejas e dos mosteiros, mas se serve dos encargos episcopais e abaciais como instrumento político. O acúmulo dos encargos lhe permite controlar regiões inteiras por meio de alguns homens de confiança: seu sobrinho Hugo é, ao mesmo tempo, bispo de Paris, de Rouen, de Bayeux, de Lisieux e de Avranches, abade de Saint-Denis, de Saint Wandrille e de Saint-Vaast d'Arras... O bispo Bonifácio lança violentos ataques contra esses clérigos a quem acusa de serem devassos, guerreiros e caçadores (Le Goff, 2013. p.76.)

Com a preponderância da administração do *Major Domus* em detrimento da ausência da atuação principesca, é com o governo de Carlos Martel e a intensificação de seus poderes ducais, bem como com a posse direta de boa parte da propriedade fundiária do rei, que este diretamente se afirmou, bem como a constituição de laços e vínculos junto a Igreja Romana após sua vitória contra os árabes na batalha de Poitiers, em 732.

Seu filho, Pepino o Breve, será o fundador da dinastia carolíngia, uma vez que depõe por meio de um golpe o último Merovíngio a reinar na Gália, Childerico III, em 751. A importância do *Major Domus* em detrimento da ausência do rei, levou Pepino, o Breve a consultar o Papa Zacarias, que legitimou o golpe na família merovíngia. Nota-se a permanência dos laços com a Igreja quando Pepino, o Breve, socorreu o Papa Estevão II quando este se encontrou sob o risco de invasão dos Lombardos do Rei Astolfo duas vezes. Após derrotá-los, doou os territórios do Norte da Itália ao Papa, originando os Estados Pontifícios, sob tutela e legitimidade dos próprios Carolíngios. (Le Goff, 2013, p.81)

Com a morte de Pepino o Breve em 768, ocorre o fracionamento de seu reinado, hereditariamente dividido entre Carlomano, que reinou sobre a França Oriental, e Carlos Magno, sobre a França Ocidental. Após a morte de Carlomano, em 771, Carlos Magno se torna o sucessor do primogênito de Pepino, o Breve, e é sagrado tanto pelos francos como por intermédio do Papa Estêvão II.

Carlos Magno, seu sucessor, foi consumado como uma figura de dimensão mítica na cristandade, principalmente por sua ambição em expandir seu domínio militarmente e

---

<sup>9</sup> Prefeito, ou supervisor, da família: para supervisionar a administração de inúmeras propriedades, muitas vezes dispersas. (Backman, 2003, p.44, tradução nossa)

religiosamente entre os saxões, permitindo-lhe governar a Europa Ocidental. No Natal de 800, será coroado como Imperador pelo papa Leão III, tornando-o protetor do Papado. Com sua morte em 814, seu filho, Luís o Pio, buscou a manutenção do vasto domínio estabelecido por seu pai. Porém, não seria capaz de conter a leva de invasões escandinavas, iniciadas no término do governo de seu pai, além das instabilidades internas que sedimentaram o aparecimento de forças e tiranetes locais, criando governos provinciais os quais, lentamente, descentralizam-se da autoridade reinante.

As rivalidades dos filhos Luís o Pio, sendo estes Luís o Germânico e Lotário, resultaram no Tratado de Verdun, de 843, criando três entidades, a França Ocidental, Lotaríngia e França Oriental. Essa, com exceção de Lorena e Frânconia, não havia pertencido ao Império Romano, logo era a Germânia propriamente dita.

### **2.3 A Igreja e o Sacro Império Romano Germânico**

Sua organização diferia das outras partições, as instituições feudais nascidas na época carolíngia não haviam avançado na região, logo, era composta por quatro ducados: Baviera, Suábia, Francônia e Saxônia. Contextualizando a luta pelo poder que perduraria por séculos. (Batista Neto, 1989, p.145). Com o último carolíngio, Luís, a Criança (899-911), dá-se início a uma monarquia forte, uma nova organização do reino da Germânia, com a coroa sendo entregue a Henrique da Saxônia (919-36). “O objetivo de Henrique, que, depois, seria seguido por vários de seus sucessores, era, apoiando-se na Igreja, reforçar o poder do soberano para neutralizar os duques estabelecer um verdadeiro equilíbrio de poder na Alemanha.” (Batista Neto, 1989, p.147). A Igreja usada como pilar do reinado germânico, se torna cada vez eminente com Oto I (936-73).

Para tanto, fez da Igreja um verdadeiro baluarte da monarquia, obrigando os preladados a enviar-lhe contingentes militares. Se, por um lado, o soberano conseguiu, dessa forma, neutralizar o poder dos duques, por outro permitiu que os eclesiásticos reforçassem a autoridade que tinham sobre as suas terras, estendendo-a inclusive a distritos vizinhos. (Batista Neto, 1989, p.148)

A consolidação entre Igreja e Reinado, ocorre quando Oto marcha sobre Roma, sendo coroado imperador por João XI (962), dando início ao Sacro Império Romano-Germânico. Tal como os alemães, os bispos italianos receberam poderes condaís em suas dioceses e, em Roma,

os pontífices se viram severamente controlados. Dois deles foram, inclusive, depostos: o próprio João IX, que o coroara, e Bento V. Assim, a unidade dos cristãos em torno de um monarca único.

Quando a coroa chega a Henrique I (1039-56), as relações com a Igreja começam a se abalar, o monarca julga insuficiente o apoio da Igreja e a procurar outros meios para a construção de uma monarquia forte. Henrique desejava uma base territorial ampla, que servisse de sustentação para a realeza, sentia a necessidade de recursos monetários para levar avante uma política mais ambiciosa e percebia a urgência de recrutar funcionários leigos de confiança. Em contrapartida quando se iniciam os movimentos reformistas, no governo de Henrique III (1028-54), o monarca piedoso acolhe os clérigos reformistas e os estimula a levarem seu projeto adiante, mas o projeto continha uma dose de risco. Como a realeza germânica dependia muito do seu controle sobre a Igreja, a introdução dos princípios gregorianos no reino abalava os fundamentos da autoridade real. É com Henrique IV (1054-1105) que as relações entre Igreja e Império se colidem, antes aliados, com a submissão do poder temporal ao secular, agora opostos, resultando na Reforma Gregoriana e em subsequência a chamada Querela das Investiduras. (Batista Neto, 1989, p.149-152)

### **A REFORMA GREGORIANA**

No século X a Santa Sé se encontrava enfraquecida e sofria ameaças enquanto instituição, que para Emerton (1990) podem ser analisadas em três temáticas. A primeira sendo a subordinação do papado em relação ao imperador, as investiduras leigas, interferência que ignorava completamente a eleição papal, que se dava em sínodos por bispos e cardeais. A segunda ameaça à dominação dos ideais católicos veio de dentro da Igreja em si. Os meios de sobrevivência do clero viam através de doações, onde as corporações religiosas mantinham o cuidado de sua terra e seu lucro vinha do trabalho nela, assim o religioso também era dono de terra, logo senhor feudal. Para assegurar tantos benefícios era necessário desembolsar dinheiro, uma prática corrupta que foi marcada para sempre no nome de Simão Magnus. A palavra simonia cobria então toda forma comercialista no mérito clerical. A terceira ameaça à dominação da Igreja, ou como parecia ser, se dava em um caráter diferente. O inimigo nesse caso era o mais profundo instinto humano, o desejo natural do homem em passar sua linhagem e propagar sua espécie. Se o clérigo fosse ser pai de família, inerentemente os lucros do qual os

sustentava seriam repartidos aos seus filhos. Apontava-se então uma Igreja corrupta e alagada por heresias. (Emerton. 1990)

No estudo de fontes de Barros (2012, p.112) a palavra *Háiresis*, em grego, significava “escolha”, “partido tomado”, mas também o “ato de pegar”. Para os teólogos, uma metáfora se produzia aqui em alusão ao gesto de Adão e Eva que, segundo o Antigo Testamento, estenderam a mão para “pegar” o fruto proibido e com isso inauguraram um “pensamento discordante” em relação a Deus. Mas no século II, ela adquire uma nova conotação: todo o pensamento que iria contra os ideais da igreja. Logo, dava-se pela divergência entre o pensamento original, ou seja, tudo que derivaria de Cristo e seus apóstolos, bem como das interpretações das escrituras. No decorrer do período medieval é possível acompanhar a concepção de heresia se adaptando ao esvaecimento do poder temporal, que agora seria qualquer rompimento ou desvio em relação à Santa Sé, ao seu projeto universal, enquanto instituição concretamente estabelecida, à sua legitimidade como único guia da religiosidade na Cristandade Ocidental. As heresias então maturam de desvios teológicos para casos de dissidência ideológica (Barros, 2012, p. 114). Assim, no âmago da Igreja, urge o anseio reformista.

Para Baschet e Backman, já mesmo no século X a Igreja arrisca uma contestação da interferência laica. No início de 989 em Charroux, ocorre um reavivamento evangélico conhecido como a “*paz de Deus*”, lançada pelos clérigos durante os decênios que circundam o ano mil, elaborado por bispos francos sob a liderança do arcebispo de Bordéus, que declaram um anátema sobre todos os que violam as igrejas, mobilizando o povo contra os maus costumes dos senhores laicos, tendo como objetivo essencial a manutenção de uma ordem senhorial que a Igreja pretende dominar. Assim como assembleias foram realizadas entre os séculos X e XI para que se estabelecessem regras e códigos de conduta, buscando impor uma moral cristã a lógica do conflito, defensores e protetores da igreja seriam designados para a contenção, defesa e braço armado de suas propriedades.

Assim sacralizados, usando armas abençoadas e gozando de proteção dos santos militares, mas também do santo padroeiro cujo estandarte eles portavam, eles evidentemente deviam pôr sua espada a serviço daquelas igrejas das quais recebiam retribuição na forma de benefícios precários, feudos, domínios ou remuneração de qualquer forma” (Flori, 2020. p.146).

Podemos então observar que dois processos simultâneos: o enraizamento de leigos durante a feudalização da Europa e a tentativa dos clérigos de reivindicar seu poder. A reforma

começa em âmbito local e vai escalando na hierarquia social e eclesiástica, ganhando *momentum* à medida que progredia, até que no final do século XI, atingiu os mais altos escalões da Igreja e do Estado, resultando no aumento do entusiasmo religioso na época. Quanto mais a Santa Sé reformava-se, mais minuciosamente parte do claro aguardava essas mudanças catárticas, o que inicialmente seria a reforma, se torna uma revolução. Os reformadores, guiados por aspirações de uma vida espiritual mais significativa e independente do governante, gradualmente se tornaram entusiastas de uma espécie de pureza espiritual que colocava em perigo aqueles fora da ordem cristã ortodoxa.

Não é possível tratar da Reforma Gregoriana, sem aludir o sucesso e expansão do monastério de Cluny. Fundado em 910, graças à doação do território por Guilherme, duque da Aquitânia, que aponta em sua fala a manifestação divina que o levou a tal ato.

“Eu deveria dar uma pequena parte da riqueza terrena que recebi, para o bem da minha alma... E, portanto, que todos que vivem na unidade da fé cristã e que aguardam com expectativa o perdão misericordioso de Cristo, e que continuarão a fazê-lo até o fim do mundo, saibam que, do meu amor a Deus e ao meu Salvador Jesus Cristo, entrego aos santos apóstolos Pedro e Paulo todas as posses que tenho em Cluny.” (Backman, P. 150)

Entregue em nome de São Pedro e São Paulo, Cluny tinha como base a *regra beneditina*, elaborada por São Bento de Nursia (480–547) figura mais influente no monasticismo medieval, que para abster-se dos pecados mundanos, se reclui em uma caverna por dois anos. Com seus seguidores cria um monastério em Monte Cassino, e é nesse contexto surge a *regra beneditina*, que versava a importância da oração, reclusão, a pureza eclesiástica, mas principalmente a obediência à Deus. Assim, com essa vocação Cluny leva à cabo uma reforma das práticas monásticas em um clero impuro. Uma vez que a ordem tinha sido fundada em dependência direta do Papado, a Ordem pôde, com o tempo, livrar-se da jurisdição episcopal e, daí em diante, com Pedro, o Venerável, abade de 1122 a 1156, a ordem engaja-se, apoiando tratados, em todas as frentes, tanto contra os heréticos como contra judeus e muçulmanos. (Le Goff e Schmitt, 2002, p. 317). Com isso, se reduz a distância entre os regulares e seculares, os monges cluniacenses então assumem encargos das igrejas que lhes são confiadas. Extremamente influente na reforma moral da Igreja, é notável que Cluny teve uma influência direta no movimento reformista, sendo base para as mudanças que viriam a acontecer. (Baschet, 2009)

O anseio pela mudança que pairava sobre o clero se consolida na figura papal com Leão IX (1049-1054), o “primeiro papa reformista”. Backman (2012), aponta que outros papas pré-reformistas já se manifestavam contra a interferência dos reis germânicos e leigos nos assuntos

clérigos, mas Leão IX reconhece dois fatores que catalisariam o movimento: primeiro, que o papado não poderia ser devidamente reformado enquanto permanecesse atolado na política fragmentada da cidade de Roma<sup>10</sup>; e segundo, que o papado precisava ser visto pelos fiéis para garantir o impulso da reforma. Levando a palavra às massas, Leão IX movimenta cristãos ao seu favor e realizar um processo de purificação do clero: retirando simoníacos do ofício e dando fim ao casamento clerical; atua também melhorando a formação sacerdotal, de forma que cria o Colégio dos Cardeais.

Por mais profundo que o movimento fosse abrangendo diversos setores e personagens eclesiásticos, com ênfase nos séculos X e XI, é a figura de Gregório VII que se incorpora o grande reformador eclesiástico. Mas por qual o motivo o abade de Cluny se transfiguraria no centro do movimento? Souza e Barbosa (1997) apontam seus primórdios no movimento logo que chega ao monastério, sendo um dos monges que se destaca no apoio direto à Leão IX (1049-1054), juntamente com Frederico de Lorena e Humberto de Moyenmotier, fomentando reformas enquanto Henrique IV ainda era criança. Quando é eleito se vê em uma posição de poder na qual as ideias com que conviveu podem de fato se postos em prática, ora representava o mais alto cargo da Igreja e do período medieval. BARROS (2012) aponta sua ascendência ao papado como ato catalizador para os movimentos reformistas, destacando sua atuação nesse contexto em três pontos centrais.

“Em 1073, quando Gregório VII ascende a papa, a Igreja estava em pleno desenrolar de uma reforma religiosa que começara a tomar forma a partir de 1050. Seu período de pontificado, entre 1073 e 1085, é, aliás, particularmente intenso em termos de novas propostas que visavam discutir a posição da Igreja no mundo. A atuação de Gregório VII neste contexto seria particularmente importante em três pontos centrais: o esforço de definir claramente os direitos e as responsabilidades do papado, a substituição do direito da Igreja Germânica pelo Direito Canônico, e a conquista da garantia de liberdade de eleição para o cargo de papa” (Bolton, 1985, *apud* Barros, 2012, p.156)

A eleição de Gregório VII (1073-85) coincidiu com a chega de Henrique IV na vida adulta, mas nos primeiros dois anos de seu governo sua relação com o papado não difere dos reis anteriores. A reforma já estava em percurso, mas sua preocupação se voltava para as rebeliões incitadas por alguns príncipes e revoltosos saxões. Após o apaziguamento dos

---

<sup>10</sup> Anteriormente ao papado de Leão IX, as forças políticas eclesiásticas romanas estavam em conflito com Henrique III que a bem querer impunha seus indicados, que se opunham às reformas, logo, eram depostos por concílios e retirados dos cargos, e novamente outro papa era indicado pelo rei, resultando em um movimento cíclico. (Backman, 2003, p.216)

conflitos, o rei encontra um Papa disposto a promover reformas cada vez mais radicais, que devolveria o poder ao papado. Suas tensões culminam na Querela da Investiduras.

### O ESTUDO DAS CARTAS

O estudo da Querela das Investiduras aqui apresentado será pautado na visão de Gregório VII, através das cartas selecionadas por Ephaim Emerton, retiradas de quatro volumes, encontrados no arquivo do Vaticano em *Registrum Gregorii VII*. O medievalista não foi o primeiro a ter contato com os registros, outros os transcreveram e traduziram, mas sua coletânea é baseada nos documentos que expressariam os vários interesses políticos da política gregoriana. (p.22) A coletânea de cartas papais não foi exclusiva de Gregório VII, mas surpreende sua grande quantidade, o único registro tão extenso deu-se por seu homônimo Gregório I (590-604). O estudo de cartas medievais se bifurca em duas concepções.

Vale destacar o estudo de cartas medievais relacionadas ao seu conteúdo. Verbaal<sup>11</sup> distingue os termos *collections of letters* e *letters collection*, que podem ser traduzidos como “coleção de cartas” e “cartas colecionadas”, respectivamente. A coleção de cartas contém por alguma razão, um grupo de cartas pelo mesmo ou remetentes diferentes. Podem ser mantidos por razões políticas, didáticas, arquivísticas, administrativas e por trás deles pode estar o próprio escritor ou um secretário, mas também o receptor ou uma chancelaria. As cartas colecionadas são algo distinto, há um princípio de organização diferente. Não têm somente a intenção de coletar cartas como documentos ou modelos, mas sim dizer algo próprio como coleção, com uma finalidade específica imposta pelo autor. Assim, Emerton (2012) aponta que a coletânea das cartas gregorianas não passava de uma formalidade oficial, uma vez que após escritas e despachadas por mensageiros de confiança, eram postas no *Registrum*, compreendidas então no conceito de coleção de cartas.

A veracidade das cartas é levantada por ele uma vez que cabia aos escribas produzirem o que lhes era ditado, não havendo dúvidas que existiam certas fórmulas bem estabelecidas que um oficial treinado, dado o assunto, poderia compor uma carta, até porque a saudação das cartas, normalmente seguiam um tom monótono padrão. Mas ainda sim era feita com um certo resguardo. Repetidamente alguma frase é adicionada, removida modificada. Vejamos duas saudações:

8 de dezembro de 1075

“Gregório, bispo, servo dos servos de Deus, ao rei Henrique, saudação e bênção apostólica, mas com a compreensão de que obedece à Sé Apostólica como convém a um rei cristão.” (p.86)

7 de dezembro de 1074.

“Gregório... ao glorioso rei Henrique, saudações...” (p.56)

Endereçada ao rei germânico, a primeira carta adotaria um tom incisivo devido ao conflito entre os dois poderes, que fica claro já com a saudação. A segunda buscava o apoio do rei na realização de uma cruzada, nessa saudação é possível notar um caráter bajulador. Mas o que isso prova? Emerton (2012) responde seu próprio questionamento ao notar que Gregório sabia dialogar com seus remetentes a seu favor. De fato, havia um padrão de escrita, uma vez que as cartas oficiais seriam documentadas, mas logo no começo o papa sabia como escrever e principalmente, o que escrever para cada remetente, minúcias características de seu comportamento político. O que não impediria a falsificação das cartas, mas de modo geral ao observar a coletânea o autor conclui que esse seria o indício principal de sua veracidade.

Ao utilizar cartas pessoais na historiografia pode-se chegar ao limite da literatura, levantando a discussão da diferenciação entre ambos. Se o historiador depende das fontes, elas podem ter ou não acontecido, como já apontado. Os discursos, são representações discursivas sobre o que se passou, os traços que chegam do passado possuem caráter ambíguo: de um lado, são restos, marcas de historicidade; de outro, são representações de algo que teve lugar no tempo.

Na *Poética* de Aristóteles o filósofo é o primeiro a fixar a diferenciação entre ficção e história, a partir da definição dos conteúdos e formas de ambos. A distinção usual entre literatura e história, se dá nos ideais de ficcionalidade e veracidade, derivados do preceito aristotélico de que a poesia é imitação das ações humanas e a história é a narração dos eventos realmente ocorridos.

(2)O historiador e o poeta não se distinguem um do outro, pelo fato de o primeiro escrever em prosa e o segundo em verso (pois, se a obra de Heródoto fora composta em verso, nem por isso deixaria de ser obra de história, figurando ou não o metro nela). Diferem entre si, porque um escreveu o que aconteceu e o outro o que poderia ter acontecido. (3) Por tal motivo a poesia é mais filosófica e de caráter mais elevado que a história, porque a poesia permanece no universal e a história estuda apenas o particular. (*Poética*, Capítulo IX)

A literatura seria mais privilegiada por suas possibilidades de algo que não é concreto, diferentemente da história que seria uma narrativa de fatos verídicos do passado. Mas tende se levar em conta que a história também é ficção, os documentos verdadeiros também são falsos e vice-versa; cabe ao historiador controlá-la através de comparações, análises e compreensão do contexto histórico. (Le Goff, 1990)

No estudo das cartas se apresenta um último fator relevante para a discussão: a tradução. Emerton (2012) faz uma breve análise sobre essa difícil tarefa. “É como se diz, sendo em grande parte verdade, que aqueles que se importam realmente com a tradução usam a fonte original” (p.23), mesmo assim é preciso reconhecer certos limites da língua, ora, fazer uma boa tradução é quase impossível. Todo escritor se expressa em sua própria língua, nos seus próprios nuances de significado no qual nenhuma outra pessoa pode reproduzir de forma fidedigna. O autor expõe que mesmo que as cartas originais terem sido escritas no latim acadêmico, não tendo cunho explicitamente pessoal, logo informal, a tradução de alguns termos simples pode mudar completamente o sentido da frase. coletânea não está presente em português. De fato, em algumas leituras é possível encontrar cartas de Gregório VII, mas não há um compilado com essa densidade de cartas traduzido em português. Logo, aponto também o trabalho minucioso de se manter fidedigno ao texto original, nesse caso traduzido do inglês.

## CARTAS DE GREGÓRIO VII

As cartas aqui selecionadas têm como intuito realizar o recorte dos momentos centrais do conflito, são destinadas diretamente a Henrique IV e os aliados papais. A primeira carta a aparecer no *Registrum* seria a própria eleição de Gregório VII em vinte e dois de abril de 1073 de forma unânime após a morte do Papa Alexandre II. Em suas primeiras escritas o pontífice postula o apoio de reis, duques e condes, mas já expondo seus ideais reformistas.

A primeira carta analisada destina-se à Duquesa Beatriz e a Condessa Matilde de Toscana, região de influência no Império. A relação da casa de Canossa como o clero remetia com Godofredo III margrave de Toscana, irmão do pontífice Estevão IX (1057-58) reformador. O pensamento de libertação da Igreja permeia-se no seio familiar, de forma que após a súbita morte do pontífice, Godofredo mantém essa íntima relação com o clero reformista. (Robinson, p.33-34). A relação com a coroa se inicia ainda com o monge Hidelbrando, que futuramente garantia apoio da casa, contra os heréticos.

A BEATRIZ E MATILDE DE TOSCANA, EXORTANDO-AS A RECUSAR APOIO AOS BISPOS DA LOMBARDIA E ACONSELHÁ-LAS SOBRE SUA RELAÇÃO COM HENRIQUE IV- 24 DE JUNHO DE 1073

(...) Vocês sabem, queridas filhas de São Pedro, o quão abertamente os bispos da Lombardia ousaram defender a heresia da simonia, trazendo uma maldição em forma de bênção sobre o simoniaco (...). Por isso exortamos Vossas Excelências e suplicamos que evitem toda comunhão com eles e não deem nenhuma ajuda ou conselho ao grupo. (...). Enquanto ao rei: (...) é nossa intenção enviar-lhe homens piedosos, por cujas admoestações e com a ajuda de Deus possamos trazê-lo de volta a lealdade à sua mãe, a Santa Igreja de Roma (p.8)

A primeira súplica papal urge da necessidade da realeza germânica em isolar aqueles que divergiam da purificação da Igreja. Como mencionado a Toscana representava uma região de poder, assim Beatriz e Matilde em suas relações com Henrique IV, poderiam adverti-lo em atentar-se às admoestações papais acerca de sua interferência no clero e associações com hereges.

Após assentar suas aliadas, Gregório VII escreve sua primeira carta direta ao monarca. Inicia apontado o caso da Igreja de Milão, onde Henrique IV despreza a escolha do bispo pelo sínodo, nomeando Tedaldo para o cargo. Analisando o decorrer da escrita nota-se que o pontífice busca negociar uma saída para a questão, mas com a ressalva de que a Igreja tomaria a decisão final. É também apontado que o rei deveria seguir os conselhos de sua mãe e combater as simonias. Finaliza então urgindo o apoio do rei quanto a intimar alguns bispos a comparecerem em um sínodo previsto para a Quaresma de 1074, onde teriam de explicar o modo como foram eleitos para os seus cargos. (Souza e Barbosa, 1997, p.24)

AO REI HENRIQUE IV, OFERECENDO ADMONIÇÕES AMIGÁVEIS. 7 DE DEZEMBRO DE 1074.

Embora você não tenha resolvido o caso da igreja de Milão de acordo com suas repetidas cartas e promessas, ainda assim ouvimos com grande satisfação que você tratou nossos legados com gentileza e graciosidade (...). Além disso, regozijamo-nos grandemente porque, como sua mãe, (...) você está determinado a erradicar completamente a heresia da simonia de seu reino e a usar todos os esforços para curar a doença inveterada da falta de castidade clerical (...). Quanto ao caso de Milão: se nos enviar homens sábios e piedosos e se ficar claro, pelos seus argumentos de peso, que o decreto da Igreja Romana, duas vezes confirmado pela autoridade sinodal, pode ou deve ser modificado, não hesitaremos em seguir o seu julgamento bem ponderado e seguir um caminho mais sábio. Mas se isso se revelar impossível, então imploro e conjuro Vossa Alteza, pelo amor de Deus e pela sua reverência a São Pedro, que restaure livremente os seus direitos à igreja de Milão. (...) Além disso, saiba Vossa Alteza que escrevemos a Siegfried, arcebispo de Mainz, convocando-o para um sínodo que, pelo favor de Deus, propomos realizar na primeira semana da chegada Quaresma. Se ele não puder vir, envie legados<sup>12</sup> para representá-lo naquele concílio. Ordenámos também aos bispos de Bamberg, Estrasburgo e Speyer que se

---

<sup>12</sup> De *legate* no inglês, sendo o representante de alguém, normalmente do papa. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/dictionary/english/legate>. Acesso em: 10 out. 2023

apresentassem e prestassem contas da sua adesão e do seu modo de vida. Mas – se tal é a insolência dos homens - eles demorarem a vir, imploramos que você os obrigue pelo seu poder real. E com eles desejamos que você envie mensageiros confidenciais que possam nos dar um relatório confiável de sua adesão e modo de vida, para que depois de termos aprendido a verdade em seu relato possamos com maior segurança emitir um julgamento inquestionável. (p.55,56)

A escolha do tom ameno nas primeiras cartas esclarece o espírito político do Papa, saber como transmitir seu pensamento de forma amistosa quando se fazia necessário. Exemplo disso encontra-se em outra carta, no mesmo mês, apelando ao rei que lhe apoie no que seria um protótipo de cruzada. O tom adotado não foi visto em nenhum outro registro da coletânea, podendo até mesmo ser interpretado como bajulador, mas Gregório VII sabia como se expressar para que seu pedido fosse concedido.

#### “O PLANO DE GREGÓRIO PARA UMA CRUZADA

7 de dezembro de 1074.”

Gregório ... ao glorioso rei Henrique, saudações...

Se Deus concedesse, por algum ato de sua graça, que meus pensamentos pudessem ficar abertos diante de você, sei, sem sombra de dúvida, que ninguém poderia separá-lo de meu sincero afeto. Mas, mesmo assim, tenho plena confiança em sua misericórdia, de que um dia ficará claro que sou verdadeiramente devotado a você. [...] Como desejo trabalhar dia e noite na vinha do Senhor, passando por muitos perigos até a morte, sempre me esforçarei com a ajuda de Deus para preservar uma afeição sagrada e merecida, não apenas para com você, a quem Deus colocou no topo dos assuntos terrenos<sup>13</sup> e através de quem muitos podem ser levados a se desviar do caminho da retidão ou a observar a fé de Cristo, mas também para com o menor entre os cristãos. [...] Chamo a sua atenção para o fato de que os cristãos do outro lado do mar (...) são diariamente mortos. (...) Enviaram-me humildemente para implorar que eu socorresse estes nossos irmãos, de todas as maneiras que puder, para que a religião de Cristo não pereça completamente em nosso tempo - que Deus não permita! (...) Eu consegui despertar certos homens cristãos de modo que eles estão ansiosos para arriscar suas vidas. (...) Esta convocação foi prontamente aceita pelos italianos e nortistas, por inspiração divina (...) para pegar em armas contra os inimigos de Deus e avançar até o sepulcro do Senhor sob sua liderança suprema. [...] Como um grande empreendimento exige a ajuda e o conselho dos grandes, se Deus me permitir começar isso, peço-lhe o seu conselho e a sua ajuda de acordo com a sua boa vontade. Pois se for do agrado de Deus que eu vá, deixarei a Igreja Romana, sob Deus, em suas mãos para guardá-la como uma santa Mãe e defende-la para sua honra. Aconselhe-me o mais cedo possível sobre o seu prazer neste assunto e o que o seu julgamento divinamente inspirado pode determinar o meu. Se eu não tivesse melhores esperanças em você do que muitos supõem, essas exortações seriam em vão. Mas como talvez não haja nenhum homem em quem você possa confiar completamente no que diz respeito à sinceridade do meu afeto por você, deixo ao Espírito Santo, que pode fazer todas as coisas, mostrar-lhe à sua maneira o que lhe peço e como grande é minha devoção a você, e que da mesma maneira disponha seu coração para mim, para que os desejos dos ímpios sejam reduzidos a nada e os dos justos possam aumentar. (p.56-58)

---

<sup>13</sup> Gregório VII enfatiza ao rei a separação entre o poder temporal e secular.

A investida de Gregório VII contra os mouros se manteve no campo das ideias, uma vez que a demanda figura papal como centro do movimento reformista se fazia cada vez mais presente. Nota-se, que ao colocar Henrique como “*quem Deus colocou no topo dos assuntos terrenos*”, Gregório VII assume efetivamente o posicionamento de seus antecessores no sentido de conferir à Igreja a completa autonomia na condução dos negócios espirituais, considerando o rei germânico um delegado seu em causas com incidência no foro secular. (Souza e Barbosa, 1990, p.24)

Todavia um caso grave na Igreja faz com o monarca seja temporariamente delegado também no foro temporal. O bispo Herman de Bamberg é acusado de simonia e corromper sua igreja, sendo convocado para um sínodo. Durante seu percurso desiste, enviando mensageiros com o intuito de subornar membros do clero. Atos inadmissíveis, dignos de punição. Além da excomunhão do bispo, Gregório recorre ao rei que regule os assuntos daquela igreja de acordo com a vontade de Deus. A mensagem subtendida dessa carta seria aconselhar o monarca a não se associar com excomungados, uma vez que o bispado de Bamberg, já no governo de seu pai Henrique III, sempre se apresentou como aliado aos interesses reais. (Robinson, 2004).

AO REI HENRIQUE IV, ELOGIANDO SEUS ESFORÇOS DE REFORMA. 20 de julho de 1075.

“Gregório... ao Rei.... saudações....”

[...] Aquele simoníaco então chamado bispo Herman, convocado para um sínodo romano neste presente ano, não apareceu. Ele chegou a uma curta distância de Roma, mas parou e enviou mensageiros com muitos presentes, tentando, com a sua conhecida artimanha, impor à nossa inocência e, se possível, corromper a integridade dos nossos colegas através de uma barganha pecaminosa. [...] Com crescente audácia, ele corrompeu o clero que defendia o bem-estar e a honra da sua igreja, e não tendo seu poder real o restringindo, como fomos informados, ele os teria arruinado completamente. [...] Agora, portanto, excelentíssimo filho, pedimos a Vossa Alteza e instamo-lo, pela nossa zelosa obrigação, a aconselhar-se com homens piedosos e assim regular os assuntos daquela igreja de acordo com a ordem de Deus, para que você possa ser digno da proteção divina através da intercessão de São Pedro, em cujo nome e sob cujo patrocínio a igreja foi fundada. (p.80,81)

A questão da simonia é complicada pelo fato de que o termo expandiu seu significado no final do século XI, à medida que os reformadores intensificaram sua campanha para libertar a Igreja de todo tipo de influência secular. Há muito tempo era costume no Império, como em outros lugares da cristandade ocidental, que um funcionário, ao ser nomeado para uma igreja, oferecesse um presente ao leigo ou proprietário eclesiástico dessa igreja, em reconhecimento de seu senhorio. Um novo prelado traria um presente ao rei que o investiu com seu cargo e o

rei geralmente retribuiria com presentes e privilégios mais valiosos. Tais costumes começaram a ser denunciados pelo papado de reforma nos 1050 como “a loucura das transações simoníacas” (Robinson, 2004, p.120). A questão das “novas simonias” e conseqüentemente as investiduras leigas são as heresias mais criticadas e combatidas nas cartas, uma vez que não se notava mudanças concretas no âmbito da Igreja. Incessantemente os leigos investiam cargo e eram recompensados por isso.

Gregório exaurido de cartas amigáveis de admoestações ao rei, se torna assertivo, condenando diretamente as ações de Henrique. O estopim apontado seria a entrega das sedes de Spoleto e Fermo a leigos, quebrando a paz, o tom paternal antes adotado. (Robinson, 2004, p.140)

ADMOESTANDO-O A MOSTRAR MAIS DEFERÊNCIA À SANTA SÉ E AOS SEUS DECRETOS. 8 de dezembro de 1075 [ou 8 de janeiro de 1076].

Gregório, bispo, servo dos servos de Deus, ao rei Henrique, saudação e bênção apostólica - mas com a compreensão de que obedece à Sé Apostólica como convém a um rei cristão.

Considerando e pensando cuidadosamente o quão rigorosos são os juizes devemos prestar contas da mordomia que nos foi confiada por São Pedro, príncipe dos Apóstolos. Hesitamos em enviar-lhe a bênção apostólica, visto que se diz que você está em comunicação voluntária com homens que estão sob a censura da Sé Apostólica e de um sínodo. [...] E agora, amontoando feridas sobre feridas, entregastes as sedes de Fermo e Spoleto, se é que uma igreja pode ser entregue por qualquer poder humano a pessoas inteiramente desconhecidas por nós, ao passo que não é lícito consagrar ninguém, exceto após provação e com o devido conhecimento. Teria sido conveniente para você, já que se confessa filho da Igreja, dar uma atenção mais respeitosa ao mestre da Igreja, isto é, a Pedro, príncipe dos Apóstolos. (...) Este édito [contra a investidura leiga], que alguns colocam a honra dos homens acima da de Deus a chamam de um fardo intolerável, nós, usando a palavra certa, chamamos antes de uma verdade e uma luz necessária para a salvação, e julgamos que ele deve ser sinceramente aceito e obedecido, não apenas por você e seus súditos, mas por todos os príncipes e povos que confessam e adoram a Cristo - embora seja esse nosso desejo especial e seria especialmente adequado para você, para que supere os outros em devoção a Cristo, assim como você é superior a eles em fama, posição e valor. (...) De fato, teria sido justo para você, mesmo que não tivesse sido tão graciosamente admoestado, fazer-nos uma investigação razoável sobre em que aspecto o ofendemos ou atacamos sua honra, antes de proceder à violação dos decretos apostólicos. Mas quão pouco você se importou com nossos avisos ou por fazer o certo foi demonstrado por suas ações posteriores. [...] Advertimos-vos com amor de pai que aceitem o governo de Cristo, que considerem o perigo de preferir a sua própria honra à Dele, que não dificultem com as suas ações à liberdade daquela Igreja que ele se dignou vincular a si mesmo como um noiva por uma união divina, mas, para que ela possa crescer tanto quanto possível, você começará a emprestar a Deus Todo-Poderoso e a São Pedro, por quem também a sua própria glória pode merecer aumentar, a ajuda do seu valor pela devoção fiel. (p. 86-89)

O sínodo mencionado por Gregório alude ao Sínodo Romano de 1075, que resulta em um dos momentos mais significativos da reforma radical: o édito proibindo as investiduras leigas. Robinson (2004) aponta que alguns historiadores modernos compreendem tal ato como ponto central do conflito entre o poder secular e temporal, uma vez que o papa via a ascensão de Henrique IV como Imperador Romano Germânico, que se concretizada catalisaria suas interferências na Santa Sé. Logo, providências necessárias deveriam ser tomadas em uma tentativa de proteger a Igreja do controle leigo.

Em última medida, Gregório VII emite o *dictatus pape* no final de 1075, listando em vinte e sete frases curtas os direitos episcopais. O documento impõe a Santa Sé como suprasumo medieval, representado na figura do pontífice, na concepção eclesiástica de que, o bispo de Roma seria a chefia suprema da Igreja Católica enraizado na crença de que o Papa é o sucessor de São Pedro, o principal dos apóstolos a quem Cristo teria confiado a governo de Sua Igreja.

(1) A Igreja romana foi fundada somente pelo Senhor; (2) Somente o Romano Pontífice pode ser chamado de direito, de bispo de Roma.; (3) Somente ele pode depor ou restabelecer bispos.; (6) Não se deve residir na mesma casa onde moram pessoas que ele excomungou.; (8) Somente ele [o Papa] pode usar as insígnias imperiais.; (11) Este nome é único no mundo.; (12) A ele é lícito depor o imperador. ;(18) A decisão dele não pode ser questionada por ninguém, somente ele pode rejeitar a sentença de qualquer um.; (19) Somente ele não pode ser julgado por ninguém.; (22) A Igreja romana nunca errou, e segundo o testemunho das Escrituras nunca cairá no erro.; 26. Ninguém deve ser considerado católico se não estiver de pleno acordo com a Igreja Católica.

O ultimatum papal foi recebido por Henrique IV em primeiro de janeiro de 1076, em Goslar, na assembleia que abordava o destino dos Saxões (região em constante conflito por não o aceitarem como governante) e sua reação foi se virar aos seus conselheiros excomungados<sup>15</sup> que o orientou a convocar um conselho para se reunir em Worms em 24 janeiro 1076, contando com a presença dos arcebispos de Mainz e Trier, impostos pelo monarca, vinte e quatro dos trinta e oito bispos alemães, um bispo burgúndio e um italiano, juntamente com numerosos abades. Com um propósito: depor Gregório VII. (Robinson, 2004, p.143)

---

<sup>15</sup> Robinson (2004) expõe que a excomunhão se tornou cada vez mais comum à medida que a reforma avançava. Mas em um determinado período não surtia mais efeito, de forma que grande parte do alto clero ascende à sua posição pelas investiduras.

O pontífice que antes “não poderia ser julgado por ninguém” (*Dictatus Papae*) agora é excomungado de sua própria Igreja. Todavia, Gregório já havia se estabelecido como poder o poder supremo temporal, o que foi decidido em Goslar irrisório, o clero não se voltaria contra ele. De prontidão, em fevereiro de 1076, no Sínodo Romano da Quaresma é lançando um anátema<sup>16</sup> contra Rei Henrique IV. Aquele que não fosse cristão, não pertencesse ao seio da Idade Média, não era considerado membro da sociedade, assim Henrique IV também perderia seu poder monárquico. Assim, a Santa Sé reafirma-se, Deus lhe concede o poder para retirar aquele que foi contra a Igreja.

#### O SINÓDO ROMANO QUARESIMAL DE 1076. 14-20 de fevereiro de 1076

Ó bendito Pedro, príncipe dos Apóstolos, inclina misteriosamente o teu ouvido, nós [sic] oramos, e ouve-me, teu servo, a quem tu acalentaste desde a infância e livraste até agora das mãos dos ímpios que odiaram e ainda odeiam a mim por minha lealdade a ti. Tu és minha testemunha, assim como minha Senhora, a Mãe de Deus, e o bem-aventurado Paulo, teu irmão entre todos os santos, de que a tua Santa Igreja Romana me forçou contra a minha vontade de ser seu governante. [...] Portanto, por teu favor, e não por quaisquer obras minhas, acredito que é e tem sido tua vontade, que o povo cristão especialmente comprometido com ti preste obediência a mim, teu representante especialmente constituído. A mim é dado pela tua graça o poder de ligar e desligar no Céu e na terra. Portanto, confiando nesta comissão, e pela honra e defesa da tua Igreja, em nome de Deus Todo-Poderoso, Pai, Filho e Santo Espírito, através do teu poder e autoridade, privo o rei Henrique, filho do imperador Henrique, que se rebelou contra a tua Igreja com audácia inaudita, do governo sobre todo o reino da Alemanha e da Itália, e libero todos os homens cristãos da lealdade que eles juraram ou podem jurar a ele, e proíbo qualquer pessoa de servi-lo como rei. Pois é apropriado que aquele que procura diminuir a glória da tua Igreja perca a glória que parece ter. (p.90,91)

Após a excomunhão monárquica, o pontífice escreve uma série de cartas destinadas às autoridades germânicas para que não convivam com aquele que está em pecado, em contradição com os princípios cristãos e a Santa Sé. A resposta do rei foi organizar um conselho em uma nova tentativa “retribuir” a excomunhão de Gregório VII, que não se concretizou da primeira vez, mas teve falta de apoio dos bispos temerosos de sofrerem o mesmo processo. Assim, circulava a decisão tomada no Concílio.

UMA DESCULPA GERAL A TODOS OS FIÉIS DA GERMÂNIA. *Epistolae Collectae*, 14 (Jaffé, p. 535). 1076.

---

<sup>16</sup> Silva (2019) aponta que que a exclusão do interior da igreja se daria através da excomunhão ou anátema, o caso mais grave: a expulsão acompanhada de maldição. (pg.83)

Gregório...a todos os bispos, duques, condes e outros defensores leais da fé na Germânia, saudando...

Ouvimos dizer que alguns de vós estão em dúvida quanto à nossa excomunhão do rei e perguntam se ele foi legalmente condenado; também se a nossa sentença foi pronunciada com a devida deliberação e sob a autoridade de um direito legal de investigação. Nós, portanto, nos esforçamos para esclarecer a compreensão de todos por quais motivos, como testemunha a nossa consciência, fomos levados a este ato de excomunhão. E fazemos isso, não tanto para tornar públicos, através da nossa própria denúncia, os vários casos que, infelizmente! são demasiado conhecidos, para silenciar as acusações daqueles que sentem que pegamos a espada do espírito precipitadamente e fomos movidos mais por nossos próprios impulsos do que por um santo temor e um zelo por justiça. (...) As suas ações provam o quão pouco ele [Henrique IV] se importa com as nossas palavras escritas ou com as mensagens enviadas pelos nossos legados. Ele ficou irritado com o fato de alguém o reprovar ou corrigir, e não pôde ser levado de volta a qualquer melhoria, mas, levado por uma fúria ainda maior de autoconfiança, não parou até ter feito com que quase todos os bispos da Itália e tantos quanto pôde na Germânia sofreram naufrágio de sua fé e os obrigou a recusar a obediência e honra que deviam a São Pedro e à Sé Apostólica e que lhes foi concedida por Nosso Senhor Jesus Cristo. Quando, portanto, vimos que havíamos chegado ao limite: a saber, primeiro, que ele se recusou a desistir de suas relações com aqueles que haviam sido excomungados por sacrilégio e heresia de Simonia ; segundo, porque ele não estava disposto, não direi a cumprir, mas até a prometer arrependimento pelos seus crimes, pela penitência que ele havia jurado nas mãos de nossos legados era fraudulento ; finalmente, porque ele ousou dividir o corpo de Cristo , isto é, a unidade da Igreja – por todos estes crimes , digo, nós o excomungamos por decisão de um concílio . (p. 96-100)

A habilidade política de Gregório VII fez-se cada vez mais evidente na investida contra Henrique IV, que via seu apoio se exaurir. A carta enviada aos altos cargos seculares e os poderes temporais, ao mesmo tempo que postula as admoestações dirigidas ao rei por aliados e que o sacerdócio aceite os hereges arrependidos, deixa pairar a ameaça de excomunhão, advertindo a todos que sigam as ordens divinas e respeitem a Santa Sé.

A TODAS ÀS AUTORIDADES NO REINO GERMÂNICO, EXORTANDO SEU APOIO EM SUA LUTA CONTRA HENRIQUE IV. 25 de julho de 1076.

Gregório... a todos os seus irmãos em Cristo, bispos, abades e sacerdotes, duques, príncipes e cavaleiros, todos os habitantes do Império Romano que amam verdadeiramente a fé cristã e a honra de São Pedro, saudação.

Damos graças a Deus Todo-Poderoso, que pelo amor excessivo que nos teve, não poupou o seu próprio filho, mas deu-o por todos nós, para proteger e governar a sua Igreja, além de todos os nossos merecimentos, além da expectativa até dos homens bons. Vocês sabem, amados irmãos, que neste tempo de perigo, quando o Anticristo está ocupado em todos os lugares por meio de seus membros, dificilmente será encontrado alguém que realmente ame a Deus e sua honra, ou que prefira seus mandamentos em vez do lucro terreno e do favor dos príncipes deste mundo (...). Mas, uma vez que pertence ao nosso ofício considerar os homens e não os seus vícios, resistir aos ímpios para que se arrependam e abominar o mal, mas não homens, nós vos admoestamos pela autoridade de São Pedro, príncipe dos Apóstolos, e apelamos a vós, como nossos amados irmãos, para que se esforcem de todas as maneiras para arrebata-lo [Henrique IV] das mãos do Diabo e despertá-lo a um verdadeiro arrependimento, para que possamos ser capaz, com a ajuda de Deus, de o trazer de volta, com amor fraternal, ao seio daquela Igreja que ele procurou dividir. Isto, porém, de tal forma que ele não seja capaz, por meio de alguma fraude, de perturbar a fé cristã

e pisotear a nossa Santa Igreja. Mas se ele não vos ouvir e escolher seguir o Diabo em vez de Cristo e preferir o conselho daqueles que há muito tempo estão sob excomunhão por heresia simoniaca, então encontraremos meios sob inspiração divina para resgatá-lo.(...) Agora vocês, meus irmãos e colegas sacerdotes, pela autoridade de São Pedro, recebam e tragam de volta ao seio de nossa Santa Madre Igreja todos os que se arrependem de colocar o rei acima de Deus Todo-Poderoso e negarem a lei de Cristo. (...) Seria melhor para nós, se necessário, pagar a dívida da mortalidade nas mãos de tiranos, em vez de consentir em silêncio na ruína da lei cristã por medo ou por qualquer vantagem. Sabemos o que nossos pais disseram: “Aquele que não se opõe aos homens maus por respeito à sua posição dá o seu consentimento; e aquele que não remove aquilo que deveria ser eliminado é culpado da ofensa”. Que Deus Todo-poderoso, de quem procedem todos os bens, guarde e fortaleçam seus corações pelos méritos de Nossa Senhora, a Rainha do Céu, e a intercessão dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, e derrame sempre sobre vós a graça da sua Espírito Santo para que você possa fazer o que lhe agrada. Que você seja digno de resgatar sua Noiva, nossa Mãe, das garras do lobo, e que você alcance sua glória suprema, purificado de todos os seus pecados. (p. 100-102)

As cartas de Gregório de abril a setembro continuaram a estratégia papal, de forçar ideias reformistas ao rei com a ajuda de um grupo de pressão de príncipes. Essa estratégia alcançou sucesso na Assembleia de príncipes em Tribur (de 16 de outubro a 1º de novembro), seguida por dez dias de negociações entre eles e o rei, acampados em Oppenheim, durante a qual Henrique foi obrigado a negociar com os legados do papa e prometeu se submeter a ele para evitar ser deposto pelos monarcas. Os representantes papais desempenharam um papel notável na assembleia. Dentre eles bispos antes hereges, agora absolvidos pelo perdão da Santa Sé. A submissão desses bispos foi talvez um fator importante para persuadir o rei a abandonar a posição, falha, tomada em janeiro. As negociações resultaram na promessa escrita do rei de “preservar a devida obediência em todas as coisas” (Robinson, 2004, p.155) ao papa, a chamada “Promessa de Oppenheim”, que deveria ser levada a Roma. Simultaneamente, Henrique emitiu um manifesto dirigido aos bispos, príncipes e a todos os titulares de cargos.

Nos agradou, seguindo conselhos mais sólidos, mudar nosso julgamento anterior e à maneira de nossos antecessores e ancestrais para preservar a devida obediência em todas as coisas à santa Sé e... ao senhor Papa Gregório. (Robinson, 2004, p.156)

De Oppenheim, o rei se retirou, como havia prometido, para Speyer, onde viveu como um penitente se preparando para a absolvição. Os conselheiros excomungados haviam sido demitidos. Todavia, o rei estava bem ciente de que sua segurança no trono dependia inteiramente de ele ser absolvido da excomunhão antes do final do ano, caso prescrevesse esse período, não haveria mais volta. Ele considerou, no entanto, que não era de seu próprio interesse aguardar a chegada do pontífice romano à Germânia e permitir que seu caso fosse investigado por um juiz tão hostil e por acusadores tão inflexíveis. Ele julgou que seu melhor curso era

entrar na Itália e conhecer o pontífice romano enquanto ele ainda estava a caminho da Alemanha e procurar obter a absolvição do anátema por qualquer meio que pudesse. (Robinson, 2004, p.159). Na ida de Gregório à Germânia, houve rumores que Henrique pretendia levá-lo prisioneiro. Eles remetem à sua passagem pela região da Lombardia onde bispos lombardos, que haviam sido excomungados pelo papa, estavam prontos para ajudar Henrique a depor Gregório VII, que rejeitou os veementemente. Mas com esse temor, o pontífice volta para Canossa, a fortaleza de sua aliada mais confiável, Matilde. O monarca marcha à fortaleza.

No início, os mediadores não conseguiram obter uma audiência para o rei e Henrique não recebeu nenhum sinal do papa quando demonstrou sua penitência por três dias diante dos portões de Canossa. Depois de se humilhar, como escreveria Gregório, recebe o perdão papal e faz um juramento.

AOS PRÍNCIPES ALEMÃES, PRESTANDO CONTA DE CANOSSA. Final de janeiro de 1077.

Considerando que, por amor à justiça, vocês fizeram uma causa comum conosco e assumiram os mesmos riscos na guerra do serviço cristão, tomamos especial cuidado em enviar-lhes este relato preciso da humilhação penitencial do rei, sua absolvição e o curso de todo o processo, desde sua entrada na Itália até os dias atuais. (...) Seguindo o acordo feito com os legados que nos foram enviados por vocês, chegamos à Lombardia cerca de vinte dias antes da data em que alguns de seus líderes deveriam nos encontrar na passagem e esperamos sua chegada. (...) Mas quando o tempo passou e nos disseram que, devido aos tempos difíceis<sup>17</sup>, como de fato acreditamos, nenhuma escolta poderia ser enviada até nós. Entretanto recebemos certa informação de que o rei estava a caminho de nós. Antes de entrar na Itália, ele nos enviou a mensagem de que daria satisfação a Deus e a São Pedro e se ofereceu para mudar seu modo de vida e continuar obediente a nós, desde que obtivesse de nós a absolvição e a bênção apostólica. Durante muito tempo atrasamos a nossa resposta e mantivemos longas consultas, repreendendo-o amargamente através de mensageiros pela sua conduta ultrajante, até que finalmente, por sua própria vontade e sem qualquer demonstração de hostilidade ou desafio, ele veio com alguns seguidores para a fortaleza de Canossa onde estávamos hospedados. Ali, durante três dias consecutivos, diante do portão do castelo, deixando de lado toda insígnia real, descalço e em trajes grosseiros, ele não cessou com muitas lágrimas de implorar a ajuda e conforto apostólico, até que todos os que estavam presentes ou que ouviram a história ficaram tão movidos de piedade e compaixão que defenderam sua causa com orações e lágrimas. Todos ficaram assombrados com a nossa severidade incomum, e alguns até gritaram que estávamos mostrando, não a seriedade da autoridade apostólica, mas sim a crueldade de um tirano selvagem. Por fim, vencidos pela sua persistente demonstração de penitência e pela urgência de todos os presentes, libertamo-lo das amarras do anátema e o recebemos na graça da Santa Madre Igreja. (...) Esforcem-se, portanto, todos vocês, como amam a justiça, para cumprir de boa fé as obrigações em que assumiram. Lembre-se de que não nos vinculamos de forma alguma ao rei, exceto por meio de uma declaração franca - como é nosso costume - para que ele possa esperar nossa ajuda para sua segurança e sua honra, seja por justiça ou por misericórdia, e sem perigo para sua alma ou para o nosso. (p.111 e 112)

O JURAMENTO DO REI HENRIQUE IV EM CANOSSA

---

<sup>17</sup> Robinson (2004) aponta a dificuldade do trajeto de Henrique IV devido ao inverno rigoroso e intensas nevascas. (p.160)

28 de janeiro de 1077

Eu, Henrique, rei, dentro do prazo que nosso senhor Papa Gregório fixará, darei satisfação de acordo com sua decisão, no que diz respeito ao descontentamento e discórdia pelos quais os arcebispos, bispos, duques, condes e outros príncipes do reino da Germânia estão a acusar-me, ou farei um acordo conforme o seu conselho - a menos que algum obstáculo positivo o impeça ou a mim mesmo - e quando isso for feito, estarei preparado para o levar a cabo. *Idem*: Se o mesmo senhor Papa Gregório desejar ir além nas montanhas ou em qualquer outro lugar, ele estará seguro, no que diz respeito a mim e a todos os que posso me impor, de qualquer dano à vida ou à integridade física e à captura - tanto ele próprio quanto todos os que estão em sua companhia ou que são enviados por ele ou quem pode vir até ele de qualquer lugar, vindo, permanecendo ou retornando. Nem ele deverá, com meu consentimento, sofrer qualquer obstáculo contrário à sua honra; e se alguém oferecer tal obstáculo, irei em seu auxílio com todas as minhas forças. (p.112 e 113)

Por mais que fosse perdoado e tivesse o anátema retirado, os príncipes germânicos não aceitaram completamente seu retorno ao trono. Passam a tolerar esse título quando Gregório volta a chamá-lo de rei, antes o chamando de “suposto rei”, em suas cartas. Mas essa concessão não perduraria.

Henrique VII continua no reino italiano reestabelecendo suas relações quando recebe notícias de que os príncipes reunidos em Forcheim, em março de 1077, elegeram Rodolfo da Suábia como novo Rei dos germânicos. Gregório vê nessa virada uma oportunidade, o novo rei como forma conquistar a benção papal se mostra favorável à reforma. O antirei afirmaria que “não deve conferir bispados por pagamento ou por causa da amizade, mas deve permitir que cada igreja eleja seu próprio [bispo], como os cânones comandam” (Backman, 2004, p.170, tradução nossa). No final do mês é coroado.

É nessa ocasião que o poder de Gregório VII se catalisa. Com o *Dictatus Papae*, a excomunhão do rei, a política gregoriana se assentava, agora o pontífice é o soberano entre dois mundos, aquele o qual buscam conselho e aprovação. A cronologia da guerra civil desencadeada pela coroação do novo rei é elaborada na visão do papa, em carta explicando a nova excomunhão do rei.

#### EXCOMUNICAÇÃO DO REI HENRIQUE IV. 7 de março de 1080

(...)Finalmente, por inspiração divina, como creio, decretei que uma conferência deveria ser realizada para que a paz pudesse ser restaurada ali, ou então deveria ser reconhecido como rei aquele cuja causa parecia ser a mais justa. Pois eu, como vocês, meus pais e meus senhores, me darão testemunho, nunca até hoje tomei nenhum dos lados, exceto quando a justiça exigia. Por conta disso considere que o lado errado não estaria disposto a realizar uma conferência em que a justiça prevalecesse, excomunguei e coloquei sob os laços do anátema todas as pessoas, fosse um rei, um duque, um bispo ou qualquer vassalo, que tentasse por qualquer meio impedir a realização de uma conferência. Mas o referido Henrique, juntamente com os seus apoiantes, não temendo os perigos da desobediência, incorreu na excomunhão ao impedir uma conferência e amarrou-se nos laços do anátema e fez com que uma

grande multidão de cristãos mortos, as igrejas destituídas exterior e quase o todo o reino Germânico foi desolado. Portanto, confiando na justiça e misericórdia de Deus e de sua adoradíssima mãe Maria, sempre virgem, e confiando em sua autoridade, coloco o mencionado Henrique, a quem chamam de "rei", e todos os seus apoiadores sob excomunhão e os amarro com as correntes do anátema. E novamente proibindo-o em nome de Deus Todo- Poderoso e de vocês mesmos de governar na Germânia e na Itália, retiro dele todo o poder real e estatal. Que Henrique e seus apoiadores nunca, enquanto viverem, sejam capazes de obter a vitória em qualquer confronto de armas. (...) Agora deixe os reis e todos os príncipes da terra aprenderem quão grande é o seu poder, e deixe-os temer negligenciar os mandamentos da sua Igreja. E contra o mencionado Henrique envie seu julgamento tão rapidamente que todos os homens possam saber que ele cai e é oprimido, não por acaso, mas por seu poder e gostaria que fosse para o arrependimento, que sua alma fosse salva no dia do Senhor! (p.150-152)

Após a excomunhão, o que seria o fim de Henrique IV acaba tornando-se o fim de Gregório VII. A última cena desse embate seria quando então o rei germânico, que nunca aceitou sua deposição, reuniu um conciliábulo em junho de 1080 em Brixen. Nele tomaram parte trinta bispos germânicos e lombardos, excomungados, os quais firmaram o ato de deposição do pontífice, acusando-o de simoníaco, por ter apoiado Rodolfo. (Souza e Barbosa, 1997, p.29). Em seguida, elegeram Papa Gilberto, o então excomungado arcebispo de Ravena, o qual tomou o nome de Clemente III (1080-1110). Henrique IV havia dominado os territórios germânicos e italianos, derrotando seus inimigos, fazendo com que o Gregório VII perdesse seus aliados em todos os âmbitos do poder. Não havia mais saída.

A última carta aqui apresentada é destinada ao bispo de Metz, de caráter íntimo, agora sem qualquer aspiração política, havia a consciência de que sua jornada terminou. Em uma de suas mais longas escritas, Gregório VII discorre sobre seu ofício, sob o ponto de vista da teorização política teológica, e das dificuldades de implantar a reforma.

A HERMAN DE METZ. 15 de março de 1084.

Uma soberania inventada por homens deste mundo que eram ignorantes de Deus não está sujeita àquilo que a providência do Deus Todo-Poderoso estabeleceu para sua própria glória e graciosamente concedeu ao mundo! Cremos que o Filho de Deus é Deus e homem, sentado à direita do Pai como Sumo Sacerdote, cabeça de todos os sacerdotes e sempre intercedendo por nós. Ele desprezou o reino deste mundo, onde os filhos deste mundo se orgulham, e se ofereceu como sacrifício na cruz. Quem não sabe que reis e príncipes derivam sua origem de homens ignorantes de Deus que se elevaram acima de seus semelhantes pelo orgulho, pela pilhagem, pela traição, pelo assassinato, em suma, por todo tipo de crime instigado pelo Diabo, o príncipe deste mundo, homens cegos pela ganância e intoleráveis em sua audácia. (p.166-175)

De um lado é possível interpretar a vitória do imperador sobre Igreja, ora, mesmo após anos de embate, de sua penitência em Canossa e da repressão papal, Gregório é deposto e

exilado. De outro, compreendemos que a visão da Querela das Investiduras é muito mais ampla. Através de suas cartas o pontífice articula sua política, formando uma base apoiadora que no final de seu papado dá continuidade às ideias reformistas, como também durante todo o governo do então monarca, mobilizou não somente o clero a seu favor como governantes. Com o *dictatus papae* impõe a soberania da Santa Sé que por séculos estava amarrada sob domínio secular. Por mais que o conflito entre o poder temporal e secular só termine com Henrique V (1106-1125) e Papa Calisto (1110-1124) na Concordata de Worms em 1122, não é possível dizer que a Reforma Gregoriana foi leviana. Isso fica claro na concordata.

(1) os arcebispos e bispos seriam eleitos pelo clero local e confirmados pelo Papa (2) Os abades seriam eleitos pelos monges da abadia e confirmados pelo Papa (3) Após a sagração, os dignitários eclesiásticos seriam empossados nos benefícios eclesiásticos pelo Imperador ou por legados seus. (Souza e Barbosa, 1997, p.31)

Assim, como consequências mais relevantes do primeiro grande conflito medieval entre a Igreja e o Império, temos que a Igreja se libertou definitivamente do cesaropapismo germânico; o ideal reformista fortaleceu o prestígio moral e a autoridade política dos papas sobre toda a cristandade e, finalmente, os dignitários eclesiásticos e senhores feudais germânicos perderam a anterior parcela considerável da influência político-social que exerciam sobre o território imperial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem da complexa relação política entre a Igreja e o Império na Idade Média transcende as reformas, uma vez que esses dois poderes constituem a espinha dorsal desse período histórico. A Querela das Investiduras, embora seja um marco relevante nessa interação, não representa a totalidade da reforma em si. O estudo, portanto, proporciona uma compreensão abrangente de como a política papal se adapta em resposta à perda de poder. Em determinado momento, o clero se viu compelido a resistir contra os governantes e as investiduras seculares. Não foram incidentes isolados que antecederam Henrique IV, mas foi durante seu reinado que encontrou um papa com aspirações reformistas, desde os primórdios de sua vida clerical, capaz de encerrar essa submissão e afirmar a Santa Sé como a autoridade máxima da Igreja.

A análise das cartas desempenhou um papel fundamental na compreensão do pensamento e da visão política da era gregoriana, que se destaca como um elemento central na chamada Reforma Gregoriana. Embora alguns historiadores questionem a precisão dessa nomenclatura, argumentando que Gregório VII não foi o fundador do movimento, ela simboliza sua importância na emancipação da Igreja. Com ele, testemunhamos pela primeira vez um papa soberano, transcendendo a ordem temporal e inserindo-se na esfera política, com a capacidade de validar e depor um monarca. Sua habilidade política foi evidenciada pela hábil mobilização de aliados e até mesmo rivais em seu favor.

A coletânea de Emerton, sendo uma das mais completas traduções diretas do latim, não apenas permitiu a análise do papa como figura política, mas também como um servo devoto que se via afetado pelas interferências laicas na Igreja, contradizendo a ideia de pureza clerical, presente em sua formação monástica quando ainda era conhecido como Hildebrando. Da mesma forma, a biografia completa de I.S. Robinson proporcionou insights detalhados sobre o contexto histórico da Querela das Investiduras, incluindo a intrincada articulação política dos governantes, mesmo aqueles que não estavam diretamente envolvidos no conflito.

Neste artigo procuramos traçar uma linha temporal desde o advento do cristianismo até a consolidação da Igreja como instituição no Império, examinamos sua trajetória política desde os reis francos até o Sacro Império Romano Germânico, culminando na análise da Querela das Investiduras, através das cartas. A exploração desse conflito é possível por diferentes abordagens impulsionando novas historiografias, uma vez que temos a perspectiva de Henrique IV, por exemplo, que não foi abordada no estudo. Na própria biografia de

Robinson (2003) são inúmeras as referências às cartas escritas pelo rei e seus aliados, embora a coletânea seja limitada em comparação com o *Registrum*. Os prismas para os estudos acerca do tema são amplos, mas é inegável a contribuição da tradução das cartas de Gregório VII, para compreender a política papal.

## BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P. **Passagens da antiguidade ao feudalismo**. Porto: Afrontamento, 198

ARISTÓTELES. **Poética**.

**Bíblia da Mulher: leitura, devocional e estudo**. 2ª edição. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BACKMAN, Clifford R. **The Worlds of Medieval History**. Nova York: Oxford University Press, Inc., 2003.

BARROS, José da Assunção. **Papas, imperadores e hereges na Idade Média**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BARTHÉLEMY, Dominique. **A Cavalaria, Da Germânia antiga à França do século XII**. Campinas/São Paulo: Editora Unicamp, 2007

BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal, do ano mil à colonização da América**. São Paulo: Editora Globo, 2005.

BATISTA NETO, J. **História da Baixa Idade Média**. São Paulo: Ática, 1989.

BLOCH, Marc. **A Sociedade Feudal, São Paulo**: Edipro Edições Profissionais Ltda, 2016.

**CAMBRIDGE DICTIONARY ONLINE**. Cambridge: Cambridge University Press, 2023. Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/>. Acesso em Acesso em 8 nov.2023.

DUARTE, Magda Rita Riberio de Almeida. **Breve relato da querela das Investiduras: Igreja e Poder temporal em perspectiva**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História-ANPUH. São Paulo, julho de 2011.

DUBY, G. **Ano 1000, ano 2000 - na pista de nossos medos**. São Paulo: UNESP, 1998

ELDEVİK, John. **Episcopal power and ecclesiastical reform in the German Empire: Tithes, Lordship, and Community, 950–1150**. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

EMERTON, Ephraim. **The Correspondence of Pope Gregory VII, selected letters from the Registrum**. Nova York: Columbia University Press, 1990.

FLORI, Jean. **Guerra Santa, Formação da ideia de cruzada no Ocidente Cristão, Campinas**. SP: Editora da Unicamp, 2013.

FRANCO JR. H. A **Idade Média. O Nascimento do ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

HENRY, R. London. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

HOLMES, George (ed.). **THE Oxford Illustrated History of Medieval Europe**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. São Paulo, Editora Unicamp, 1990.

\_\_\_\_\_. **Homens e mulheres da Idade Média**, São Paulo: Estação Liberdade, 2013.

LE GOFF, J., SCHMITT, J-C. **Dicionário temático do ocidente medieval**. Bauru/São Paulo: Edusc-Imprensa Oficial do Estado, 2002. 1 vol.

MARTINS, Vanessa Granda Dutra, Revista Língua e Literatura v. 13, n. 20, p. 1- 216, agosto de 2011

BENSON, ROBERT L.B. **Imperial Lives and Letters of the Eleventh Century**. Nova York: Columbia University Press. 1962.

ROBINSON, I.S. **Henry IV of Germany, 1056-1106**. Nova York: Cambridge University Press, 2004.

SILVA, Marcelo Cândido da. **História Medieval**, São Paulo: Editora Contexto (Editora Pinsky, Ltda.), 2019.

SIMON, Marcel; BENOIT, André. **Judaísmo e cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino**. São Paulo: Pioneira, Edusp, 1987.

SOUZA, José Antônio de C.R de; BARBOSA, João Morais. **O Reino de Deus e o Reino dos Homens**. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 1997.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. **O Sentido Religioso da Nação Germânica de Império**. Brathair: Journal of the Celtic & Germanic Study Group, 2004.

VERBAAL, Wim. **Epistolary Voices and the Fiction of History**. In: *Medieval Letters Between Fiction and Document*, ed. MOSTERT, Marco. 9-33. Belgium: Brepols Publishers n.v., 2015.

